

Negociação do ACT na EPE expõe resistência da empresa e mobilização dos trabalhadores por valorização e direitos

Em meio à greve, empregados reivindicam reajuste justo e preservação de direitos; diretoria insiste em propostas com perdas e tenta impor lista de atividades “essenciais”

Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2025 – A negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) chega a um momento crítico. Após meses de diálogo e paralisações crescentes, os trabalhadores seguem mobilizados para garantir condições dignas e valorização compatível com a relevância estratégica da EPE para o país, enquanto a diretoria mantém propostas que impõem perdas salariais e tenta restringir o direito constitucional de greve.

Contexto

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, vive um impasse nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), iniciado em março e marcado pela primeira proposta formal da diretoria apenas em outubro. A oferta, apresentada pelo presidente Thiago Prado e pelo diretor Carlos Eduardo Cabral, prevê reajuste de 4,26% — abaixo da inflação — e ignora pleitos como regras para demissão, plano de cargos e regulamentação do trabalho híbrido. Essa postura ocorre em meio a agendas estratégicas como a COP30 e o primeiro leilão de baterias, que contam com participação direta da EPE. Os trabalhadores, representados pela Intersindical, denunciam perdas salariais superiores a 20% desde 2014 e defendem que a valorização do corpo técnico é essencial para garantir o planejamento energético nacional, pauta já levada à ministra Esther Dweck e ao ministro Alexandre Silveira em reuniões e manifestações recentes.

Mobilização e contrapropostas

Em **22/10**, os trabalhadores aprovaram uma nova proposta para o ACT, buscando avançar nas negociações com reajuste pelo IPCA acumulado entre maio/2024 e abril/2025, acrescido de ganho real de 3,5%. O impacto orçamentário seria de apenas **R\$11,5 milhões**, valor irrisório diante da importância da EPE para o planejamento energético nacional. A categoria também solicitou prorrogação das cláusulas do ACT vigente até a assinatura do novo acordo.

Em contrapartida, a empresa reapresentou em **27/10** uma proposta de reajuste de **4,26% (80% do INPC)**, o que representa **perda real de 1,3%**, além de condicionar avanços a limitações orçamentárias. A diretoria se recusou a garantir pontos cruciais como ganhos reais, teletrabalho e regras claras para demissão sem justa causa, oferecendo apenas promessas vagas.

Tentativa de coibir o direito de greve

No dia **28/10**, a EPE enviou uma lista com quase **100 empregados** para retorno imediato às atividades classificadas como “essenciais”, incluindo estudos estratégicos como **Plano Nacional de Energia (PNE)**, **Plano Decenal de Expansão de Energia 2035**, **Planejamento Anual da Operação Energética (PLAN)**, **Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética (OBEPE)**, **Roadmap de Resiliência Climática** e **Plano de Recuperação dos Reservatórios (PRR)** e **Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás**. Esses estudos são fundamentais para as apresentações do Brasil na **COP30**, mas seu atraso por algumas semanas não configura risco iminente à sociedade, conforme define a Lei nº 7.783/1989.

A categoria respondeu reafirmando que as atividades são sim estratégicas e importantes para o Brasil. Porém não se enquadram como necessidades inadiáveis, cujo não atendimento colocaria em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, conforme define a lei de greve. Os trabalhadores propuseram submeter a divergência jurídica à arbitragem do Ministério Público do Trabalho (MPT), demonstrando compromisso com a legalidade e a transparência.

Desvalorização histórica e tratamento desigual

Os trabalhadores denunciam perdas acumuladas desde 2014: **23% nos salários**, **24% no auxílio alimentação** e **69% na assistência à saúde**, além da ausência de reajustes escalonados concedidos a outras carreiras públicas. Enquanto servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário e militares terão aumentos de cerca de **27% nos próximos três anos**, empregados da EPE foram deixados de fora, apesar de sua função estratégica para a segurança energética e a transição climática do país.

Posicionamento da categoria

"Não estamos apenas lutando por salários justos, mas pela valorização de um corpo técnico que garante o planejamento energético do Brasil. Sem isso, o país perde capacidade de enfrentar desafios como a transição energética e compromissos internacionais como a COP30." – **Comando de Greve da Intersindical**.

Questão previdenciária

Os empregados da EPE também reivindicam transparência e participação em qualquer alteração no regulamento do plano de previdência complementar Eletros EPE. Com a saída da Eletrobras e possível evasão da ONS, há risco de mudanças unilaterais que reduzam benefícios já conquistados, devido ao aumento das taxas administrativas. A categoria exige que qualquer proposta seja previamente discutida e apresentada com clareza sobre seus impactos.

Timeline com últimos fatos

- **01/10 – Carta aberta aos ministros Alexandre Silveira e Esther Dweck.**
- **13/10 – Reunião com diretor Carlos Eduardo Cabral.**
- **15/10 – Manifestação no CENPES com Thiago Prado e Esther Dweck.**
- **17/10 – Assembleia rejeita proposta da EPE.**
- **22/10 – Nova contraproposta dos trabalhadores.**
- **27/10 – Reapresentação da proposta da EPE.**
- **28/10 – Lista de “essenciais” enviada pela empresa.**
- **30/10 – Assembleia virtual define calendário de lutas.**
- **31/10 – Categoria reafirma greve e propõe arbitragem do MPT.**